



**1ª.COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E  
RECURSOS HUMANOS**

**Reunião do dia 11 de Maio/15**

**Parecer da Proposta nº. 269/2015** – " *Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014*";

O presente parecer foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PCP, PSD, CDS e BE.

**Relator** - Deputado Hugo Xambre Pereira

**Presidente** - Deputada Maria Irene Lopes

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT 1581/SG/DAOSM/GAAM/ 15

DATA \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Luís Fernandes



## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

### PARECER

Relativo à Proposta n.º 269/2015 – Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014, bem como a aplicação de resultados

#### I – NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 269/2015 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vereador com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 30 de Abril de 2015, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa a apreciação do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014, bem como a aplicação de resultados.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente emitido parecer até 11 de Maio de 2015, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017.

O relatório de gestão e as demonstrações financeiras do município de Lisboa foram aprovados até ao final do mês de Abril do corrente ano, conforme determina a Lei n.º 75/2013.

#### II – CONSIDERANDOS

##### 2.1.) Enquadramento

Constituem atribuições da Assembleia Municipal de Lisboa apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos do artigo 24.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respectiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

Nos termos do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013 compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local.

A Câmara deve submeter também, nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 15.094.547,92 euros (quinze milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), sendo 5% daquele valor, 754.727,40 euros (setecentos cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete euros e quarenta cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL e os remanescentes 4.339.820,52 euros (catorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte euros e cinquenta e dois cêntimos), para a conta de Resultados Transitados. Bem como, cabe à Assembleia Municipal a transferência para a conta 51 – Património, de 1.935.801,43 euros (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e um euros e quarenta e três cêntimos), da conta 59 – Resultados Transitados.

A Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos estabeleceu a metodologia para análise da presente proposta. Foi decidido proceder à audição do Vereador da Câmara Municipal de Lisboa com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva a 6 de Maio de 2015. Posteriormente, houve uma reunião de debate com os vários grupos municipais sobre o parecer, tendo havido o convite a todas as forças políticas representadas na AML.





## **2.2.) Apreciação da presente proposta**

### **2.2.1) Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014**

Numa análise sumária dos factos financeiros mais relevantes, começando pelo balanço e DR, regista-se que o activo líquido municipal situa-se em 3.026,2 milhões de euros (incluindo os Acréscimos e Diferimentos, no total de 162,2 milhões de euros), representando um decréscimo de 613,2 milhões de euros (-16,8%), face ao exercício de 2013. O Passivo Total decresceu 224,5 milhões de euros, isto é, 15,8% face ao exercício de 2013, saldando-se em 1.195,6 milhões de euros. Este valor inclui eventos extraordinários ocorridos no último ano, como o processo BragaParques e o da liquidação da EPUL (a parte não incluída nas contas de 2013), o que impediu uma maior diminuição do Passivo total.

O esforço de consolidação é também evidente na redução do Passivo Exigível<sup>1</sup> (total do Passivo, líquido de provisões e acréscimos e diferimentos), que constitui uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios, tendo ocorrido uma redução na ordem dos 16,6 milhões de euros no ano em análise.

O Passivo Legal<sup>2</sup> situou-se no final de 2014 nos 618,3 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 24,8 milhões de euros face ao ano anterior.

A Dívida de Terceiros, que corresponde ao conjunto de direitos do Município face ao exterior, totalizou 174 milhões de euros (5,7% do Activo Líquido), reflectindo uma diminuição de 186,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

O processo de consolidação, manifestado no esforço desenvolvido pelo Município para o pagamento de dívida e numa redução do prazo de pagamentos, conduziu a que em 31 de Dezembro de 2014 se atingisse o mínimo na dívida de fornecedores de 5,9 milhões de euros, e um prazo médio de pagamentos legal (do ano) de 26 dias.

No âmbito da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, a alteração significativa das regras relativas ao endividamento legal com alteação do limite legal de endividamento

---

<sup>1</sup> Passivo Exigível calcula-se a partir do Passivo Total, diminuindo as provisões e os acréscimos e diferimentos.

<sup>2</sup> Passivo Legal calcula-se a partir do Passivo Exigível, diminuindo o valor de permutas e dos saldos das operações de tesouraria, respeitando a Lei das Finanças Locais.



(receita aplicável) e da dívida a considerar, fazendo com que a margem de endividamento disponível em Lisboa passasse de 193,4 milhões de para 18 milhões de euros, tendo o Município fechado o exercício de 2014 melhorando a margem de início para 42,8 milhões de euros por efeito da diminuição do passivo.

Regista-se também o cumprimento das metas do Orçamento de Estado para 2014 (mapas legalmente enviados para o SIIAL), com valores de redução do stock de pagamentos em atraso, bem superiores aos 10% exigidos legalmente a 31 de Dezembro (CML com -80,5% na data em análise).

O Município evidenciou uma redução de 16,7 milhões de euros de custos operacionais, líquidos de provisões e amortizações, que conjugada com um conjunto de operações específicas desenvolvidas (hastas públicas) bem como com uma melhoria de proveitos correntes (com destaque para a receita fiscal, ainda que muito associada a factores de conjuntura), potenciaram um aumento global do resultado líquido de 6,0 milhões de euros.

A execução orçamental, assente em fluxos de caixa, recebimentos e pagamentos, espelha também o processo de consolidação de passivos, resultando a execução da despesa do acumular dos pagamentos relativos ao exercício económico e de facturação/despesa de anos anteriores que, em 2014, teve particular expressão. Na receita foi igualmente promovido um esforço de recuperação de valores liquidados em anos anteriores (resolução de processos/cobrança de dívida de terceiros). A receita total foi de 596,1 milhões de euros e a despesa de 585 milhões de euros, corrigido o efeito dos passivos financeiros de curto prazo (mero financiamento de tesouraria com total reembolso no exercício económico da contratação).

Ao nível orçamental registam-se equilíbrio orçamental, com as receitas globais superiores às despesas globais, com um valor de rácio de 101,7%, valor esse que sobe para 111,0% se a análise for para valores correntes.

No universo das empresas municipais, é de salientar que no caso da dissolução da EPUL, com a reversão para a CML de todos os seus direitos e obrigações, a integração das contas da empresa teve um impacto líquido reflectido nas contas do Município de 2014, de 66,9 milhões de euros no activo e de 83,1 milhões de euros no passivo, traduzindo-se num valor líquido negativo de 16,2 milhões de euros.





Quanto aos recursos humanos, o número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço era de 7.722 trabalhadores, número que representa um decréscimo de 14,8% face ao ano de 2013, sobretudo justificado pela transição de 1.121 trabalhadores para as juntas de freguesia.

Relativamente à situação económica, os Resultados Operacionais evoluíram positivamente, em função da variação positiva nos Proveitos Operacionais conjugada com diminuição dos Custos Operacionais (5,4 milhões de euros e 4,4 milhões de euros, respectivamente), ainda que se saldem em -31,9 milhões de euros. Os Proveitos Operacionais, gerados pela actividade corrente do Município, totalizaram 461,8 milhões de euros, revelando um aumento de 5,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior, devendo-se sobretudo ao incremento dos Impostos e Taxas (+55,9 milhões de euros). O aumento dos Impostos e Taxas para o valor de 354,4 milhões de euros, resultou sobretudo dos acréscimos das cobranças no Imposto Municipal sobre as Transmissões (mais 51 milhões de euros), no Imposto Municipal sobre Imóveis (mais 7,6 milhões de euros) e na Derrama (mais 4,4 milhões de euros). O acréscimo na liquidação do IMT reflecte a retoma do mercado imobiliário que começou no final de 2013. Já o aumento da Derrama, ainda muito abaixo dos níveis históricos, deve-se à regularização de dívidas junto da Autoridade Tributária e Aduaneira ocorrida no 1º semestre de 2014, no âmbito do regime excepcional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social ocorrido no final de 2013. Quanto ao crescimento do IMI, este não decorre do processo de reavaliação geral, que terá, ao invés, originado em Lisboa uma quebra de 3,2 milhões de euros na colecta de IMI, por comparação com a receita de 2012, conforme informação prestada pela Autoridade Tributária (AT), mas deve-se a uma conjugação de factores, incluindo situações excepcionais, como o perdão fiscal ocorrido no final de 2013, com regularizações ainda nos primeiros meses de 2014, e outras situações como seja a aglutinação de novos prédios na área do parque das nações e a diminuição das isenções.

Importa ainda referir que os Resultados Extraordinários observados em 2014 foram de 56,8 milhões de euros com uma variação negativa, face a 2013, de 6,8 milhões de euros.



### **2.2.2) Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) – Certificação Legal de Contas**

O parecer conclui que os documentos de prestação de contas do Município de Lisboa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 devem ser aprovados. Refere que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município, e que o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício estão em conformidade com os princípios contabilísticos constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

De realçar que o município de Lisboa passou de 9 reservas do ROC em 2013 para 4 reservas em 2014, retirando-se a reserva, várias vezes apontada por esta Comissão, da não conclusão do Inventário do município e respetivo acerto do ativo líquido.

### **2.2.3) Audição do Vereador João Paulo Saraiva**

Na reunião da Comissão de dia 6 de Maio, procedeu-se à audição do Vereador com o pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva. Esta reunião foi aberta a todas as forças políticas, mesmo as não representadas na comissão.

O Sr. Vereador congratulou-se pela solidez e rigor das contas. Disse que independente das opiniões políticas que cada força política pode ter, é bastante importante a noção de que os documentos de prestação de contas traduzem a realidade financeira da Câmara. Por isso, passou a palavra ao Diretor Municipal de Finanças, Dr. Nelson Souza, para uma explicação mais técnica.

O Diretor Municipal de Finanças começou por mostrar a situação económica da Câmara e a situação financeira, considerando-a sólida. Demonstrou com os indicadores de autonomia financeira (61%) e de solvabilidade (153%). Mostrou as principais fontes de receita da CML, quantificando-as. Antes de explicar a estrutura de custos e perdas da CML, explicou que a abordagem da CML para análise dos resultados do ano era na ótica patrimonial em vez da ótica orçamental devido ao facto de o ano de 2014 ter sido um ano atípico, com uma fortíssima redução da dívida a fornecedores, o que não se traduz por um aumento de despesa mas sim um aumento de pagamentos, visto ter sido pagos valores de fornecedores de anos anteriores e por



isso a análise financeira a ser feita numa ótica orçamental não mostrava a realidade das contas. No relatório de gestão, estão também os valores para uma abordagem na ótica orçamental que só tem duas diferenças: menor taxa de execução de alguma rubricas e valores de pagamentos (despesa) maiores visto incluir valores de anos anteriores. Passando à análise dos custos e perdas, disse que se tinha registado uma diminuição de -0,9% nos custos e perdas operacionais, num valor total de 493,7 milhões de euros, explicando em maior pormenor as componentes incluídas; e que os custos e perdas financeiras tinham sido de 11,4 milhões de euros (-23,8% face a 2013), os custos e perdas extraordinários tinham sido de 36,4 milhões de euros (-17,4% face a 2013), para um total de custos e perdas de 541,6 milhões de euros (-2,8% face a 2013). Continuando a análise, detalhou os valores de fornecimento e serviços externos que em 2014 registaram um valor total de 109,5 M€ (-8,6% face a 2013). Fazendo a análise da origem e aplicação dos fluxos de tesouraria, explicou que a CML utilizou o conceito de Saldo Disponível (Saldo Primário em contabilidade pública) que foi de 122,3 milhões de euros, mostrando que deste saldo primário disponível, 111,2 milhões de euros foi aplicado em redução da dívida (22,0 M€ em acordos de pagamento a fornecedores, 76,6 M€ em dívida bancária e 12,6 M€ para outras reduções de dívida), e os restantes 11,1 milhões de euros é o saldo final do ano.

Explicitou o quadro de endividamento legal da CML para 2014, com as alterações nesta matéria impostas pela Lei de Finanças Locais em 2013. Concluiu que a margem disponível para endividamento da CML aumentou de 18,0 milhões de euros para 41,9 milhões de euros, não sendo, no entanto, intenção da CML utilizar este limite para novos empréstimos.

Continuou o Sr. Vereador João Paulo Saraiva, mostrando através de vários gráficos a evolução do passivo total desde 2003, que tendo atingido um valor máximo em 2009, tem desde aí registado uma redução anual. Explicitou que o mesmo aconteceu com o passivo exigível, e da dívida legal/consolidada, que sendo fortemente influenciada pela Bragaparkes, regista no final de 2014 um valor total de 618,3 milhões de euros (-24,8 M€ do que em 2013), permitindo assim aumentar a margem disponível legal de endividamento. Mostrou a evolução da dívida a fornecedores e o prazo médio de pagamento, tendo a CML alcançado em Dezembro último, o valor mais baixo.





Os resultados conseguidos têm por base um forte controlo de custos, tendo em 2014 se registado uma nova diminuição dos custos totais (-15,6 M€ face a 2013), o que em algumas rubricas se deve a reforma administrativa e também por isso regista-se um aumento de 27,6% (+ 16,7M€) nas transferências para as Juntas de Freguesia.

Os resultados positivos também foram alcançados com a otimização dos proveitos, que diminuíram em 9,6M€ (proveitos totais), registando-se aumentos nos proveitos operacionais (+1,2% face a 2013), nos impostos e taxas (+18,7%) com aumentos mais significativos no IMT (+51 M€), no IMI (+7,6M€) mas diminuições nos proveitos financeiros e nos proveitos extraordinários (-13,5% face a 2013). Concluiu, mostrando que a boa performance financeira é também estendida à atividade empresarial local, com resultado positivos de todas as empresas municipais.

Passando ao debate, foram colocadas questões colocadas pelos Deputados Municipais ao Vereador das Finanças.

Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD): Pediu mais explicações para o cálculo do saldo primário; manifestou dúvidas sobre o prazo médio de pagamento de 4 dias, face os pagamentos extemporâneos à SIMTEJO e outros credores; manifestou dúvidas sobre as razões da alteração dos ROC's; referiu que, ao invés do que o Vereador afirmou, não ocorreram eventos extraordinários no ano de 2014, uma vez que considera que os "casos" BragaParques e EPUL eram conhecidos da CML.

Deputada Municipal Rosa Maria (PSD): Questionou o Vereador sobre a incorporação do património da EPUL nas contas do Município, designadamente se os bens imóveis foram inscritos nos Activos pelo seu valor registal; Manifestou a sua convicção de que o Acordo entre o Município e o Governo sobre os terrenos do aeroporto e consequente verba recebida pela edilidade é que permitiu a baixa de IRS que beneficia os residentes em Lisboa; Referiu-se também às receitas obtidas em hastas públicas de alienação de activos imobiliários não estratégicos, nomeadamente ao terreno de Carnide do Quartel do RSB.

Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP): Perguntou ao Vereador se as conclusões constantes dos quadros seriam as mesmas em 2014 caso se tivesse mantido a consistência na análise na ótima orçamental e não patrimonial.



Deputada Municipal Helena Roseta (IND): Alertou para a necessidade de adopção, por parte da DMF, de contabilidade analítica; Propôs a introdução de mais instrumentos de transparência orçamental, no sentido de assegurar mais e melhor conhecimento dos documentos previsionais aos cidadãos.

Deputado Municipal Hugo Xambre (PS): Pediu esclarecimentos sobre o valor de inclusão do ativo da EPUL nas contas de ativos da CML, defendendo que deve ser indicado o mesmo valor pelo qual era valorizado; perguntou qual o impacto líquido com o exercício de liquidação da EPUL e se o aumento em acréscimos e diferimentos era devido à especialização do IMI, feita pela primeira vez em 2014.

Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS): Enalteceu que as contas de 2014 são boas e esse é um dado incontestável.

Deputado Municipal Ana Páscoa (PCP): Em termos técnicos, nada tem a apontar ao relatório. Politicamente, salientou que: 1) A subida da receita fiscal pressupõe aumento da carga fiscal; 2) As contas reflectem um aumento da externalização dos serviços (aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços); e 3) As taxas de execução baixas em alguns sectores (abaixo dos 50%) causam preocupação.

Deputado Municipal Miguel Santos (PAN): As contas do Município relativas a 2014 indicam factos positivos, especialmente na dívida; O prazo de pagamento a fornecedores ter reduzido significativamente é digno de registo; e As verbas orçamentais destinadas ao Orçamento Participativo são disponibilizadas muito tardiamente.

Deputado Municipal Luís Newton (PSD): Justificou os prazos de pagamentos elevados em 2006 com os processos de realojamento dos anos 90; Expressou dúvidas sobre o prazo médio de pagamento de 4 dias, em especial no que concerne à observância de todas as regras respeitantes à conferência, liquidação e pagamento de faturas; Destacou a transparência na explicitação no relatório das taxas de execução por áreas de actuação do executivo;

Foi explicado pelo Vereador João Paulo Saraiva e Diretor Municipal de Finanças:

- A correção do valor do saldo disponível no quadro do fluxo de tesouraria;



- Que o valor do ativo transitado da EPUL para a CML está no mesmo valor em que estava nas contas da EPUL, imputado ao valor de aquisição, conforme indica a lei e as boas práticas contabilísticas;
- Não se regista diferenças significativas com uma análise na ótica orçamental para a patrimonial, exceto nos dois aspetos que indicou ao início, e que no relatório de gestão está contida informações para fazer qualquer tipo de análise pela vertente orçamental;
- Que o impacto líquido da EPUL, com o encerramento da liquidação da empresa e internalização dos respetivos ativos e passivos é de 83,1 milhões de euros;
- Que houve uma correção do lançamento do IMI, contabilizando-o no exercício a que diz respeito e por isso o aumento dos acréscimos e diferimentos em contrapartida de fundos próprios.
- O gráfico do prazo médio de pagamentos e forma de cálculo.

### III – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

#### 3.1.) Opiniões das forças políticas

Na reunião da Comissão ficou acordado que as forças políticas podiam enviar contributos com a opinião expressa em Comissão.

O Grupo Municipal do PCP, pela DM Ana Páscoa, enviou a seguinte posição:

*“ O orçamento inicial aprovado foi de € 728,1 milhões, tendo com as alterações e revisão orçamentais, atingido o valor final de € 818,9 milhões, incluindo € 27,9 milhões de saldo de gerência.*

*A execução foi de € 651,1 milhões do lado da receita e de € 640 milhões do lado da despesa.*

*A receita fiscal subiu € 70,7 milhões face a 2013 (+ 29 %), com realce para a subida de € 52,7 milhões no IMT (+75 %).*

*As receitas provenientes da actividade também subiram de € 93,4 milhões para 110 milhões, o que pressupõe um aumento que incidiu sobre os municípios.*

*A análise da decomposição da despesa mostra o sentido da política da CML, designadamente a aposta na externalização, uma vez que os custos com pessoal*



*desceram de € 227,9 milhões em 2013 para € 216,5 em 2014, enquanto os custos com a aquisição de serviços passou de € 97,7 para € 132,5 milhões (+36 %).*

*A orientação seguida relativamente aos Recursos Humanos é demonstrativa do tipo de política desenvolvida. Verifica-se uma contínua redução do número de trabalhadores, 24 % em apenas 4 anos, passando de 10.106 no final de 2010 para 7.722, actualmente, mesmo tendo em conta o número de trabalhadores que transitaram para as freguesias.*

*Analisando o Plano Anual de Actividades, constata-se que a taxa de execução foi de 61,2 %, com níveis de execução muito baixos em áreas de intervenção que deveriam ser as mais relevantes, destacando: Cidade de Bairros – 31,1%; Direito à Habitação – 36,3%; Espaço Público e Amigável – 41,5%.*

*Estes dados permitem aferir quais as prioridades da política seguida pela CML, justificando o nosso voto contra.”*

[Fim de transcrição da posição do GM do PCP]

O Grupo Municipal do PPD/PSD, pelo DM Magalhães Pereira, enviou a seguinte posição:

1. “A apreciação da Proposta n.º 286/2015 das Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão de 2014 não poderá ser dissociada dos documentos que com ela se instruem e bem assim da Apresentação efectuada pelo Sr. Presidente da Câmara, Vereador das Finanças e respectivo Director Municipal, tanto em Sede de Reunião de Câmara como nas Comissões especializadas da Assembleia Municipal.
2. Não se encontra assim correspondência bi-unívoca entre os documentos orçamentais e a referida Apresentação, verificando-se números e perspectivas divergentes, ressaltando a imensa criatividade que esteve na base da sua execução.
3. Continua a Câmara a insistir num ordenamento baseado em Eixos e Objectivos de carácter arbitrário, o que coíbe as vias de comparação com os exercícios anteriores, encobrindo a sequência e a lógica orçamental.
4. Parece até que esta mudança de contabilização se destina à obtenção de resultados pré-definidos numa base essencialmente política, fora da factualidade das contas.
5. Temos assim que foi anunciada uma redução de 40% da Dívida, de 2013 para 2014, quando esta é apenas de 2,2%, o que não deixando de ser positivo está muito



longe da média de redução obtida a nível nacional, 11%, ou a nível metropolitano, 15%.

6. Esta redução advém aliás em grande parte da transição dos mais de mil e cem trabalhadores para as Juntas de Freguesia e consequente diminuição de responsabilidades salariais e de um muito sensível aumento das receitas do Município por via dos Impostos que arrecadou, tanto em IMT, como em IMI e Derrama, a que se prepara este ano vir a acrescer, pelo agravamento relevante das Taxas Municipais.

7. A comparação de resultados só deverá portanto ter como base o início da gestão dos processos autárquicos pela administração intercalar de 2007 até ao presente, avaliando a validade das políticas adoptadas perante resultados comparáveis, conhecidas que são as contingências dominantes no período.

8. É assim que no Balanço do Passivo em 2007 comparativamente a 2014, se encontra um aumento de Provisões para Riscos e Encargos de apx. 10 M€, uma redução de Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo de 100,3 M€ e uma redução em Dívidas a Terceiros a Curto Prazo da ordem de 141,7 M€. A totalidade das reduções atinge portanto o montante arredondado de 242 M€.

9. Seria um bom desempenho, não fora o facto de em 2012, o Governo ter pago à Câmara Municipal, caucionado à redução de Dívidas a Terceiros, o montante, também arredondado, de 270 M€, por conta de direitos de propriedade que a Câmara teria sobre terrenos no Aeroporto da Portela.

10. Ou seja, a não ter ocorrido essa circunstância, o total da Dívida a Terceiros da Câmara Municipal de Lisboa teria sido agravado, entre DEZ2007 e DEZ2014, em 28 M€, o que representa portanto um desempenho medíocre.

11. Não se pode alegar, como foi alegado, que igualmente poderia não ter ocorrido o evento da dissolução da EPUL e a assunção de responsabilidades com a BRAGAPARQUES e tal porque ambos estes factos resultaram de opções e decisões do foro exclusivo da Câmara Municipal, não esquecendo que as responsabilidades assumidas com essa Empresa correspondem exclusivamente ao valor de compra do Parque Mayer e à devolução do pagamento para aquisição de parte dos terrenos da Feira Popular, terrenos esses que a Câmara não entregou.

12. E também não se pode alegar, como foi alegado, que a Câmara, em sequência do Memorando de Entendimento de 2012 assumiu 41 M€ de Passivo da PARQUE EXPO, na medida em que sempre se escusou à gestão dos equipamentos do Parque

das Nações até ter recebido a verba do Aeroporto, onde se incluíam precisamente esses 41 M€.

13. E igualmente não se pode alegar, como se alegou, que importa apurar apenas a redução das Dívidas a Curto Prazo e o respectivo prazo de pagamento, de que se fez alarde público de ser de 4 dias, quando se têm porém presentes os reparos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas UHY, em relação à contas durante 2012 onde referiu *Encontram-se registados nesta conta (outros credores médio longo prazo), os montantes afectos a acordos de dívida celebrados com fornecedores, onde por acordo dos mesmos, foi alterada a classificação de dívida a fornecedores conta corrente e fornecedores imobilizado, para outros credores. No entanto, dado que a natureza da dívida se mantém, somos de opinião que não deveria ter sido reclassificada, pelo que recomendamos que seja de novo transferida para conta de origem. E diz também Acresce que o facto da dívida ter sido reclassificada, diminuiu o prazo médio de pagamentos apurado pela DGAL, sem que tenha existido um pagamento efectivo da dívida.*

14. Esta Recomendação vem na sequência de anterior Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas, a pgs 7/58 DÍVIDA GLOBAL, n.º 8 que diz *Os planos de regularização da dívida a fornecedores e subsequentes contratos de factoring entre fornecedores e instituições financeiras consubstanciam um mecanismo que visa proceder ao saneamento financeiro do Município de Lisboa, finalidade para a qual a Lei impõe solução diferente (cf. art.º 40.º da LFL) o que indicia a prática de actos passíveis de eventual responsabilidade financeira sancionatória, nos termos, etc. Ora ainda recentemente a Câmara Municipal de Lisboa levou à Assembleia para aprovação Contratos dessa tipologia e de montante muito relevante, relativos a dívidas de 2013 e 2014 à VALORSUL e SIMTEJO.*

15. Haverá portanto que corrigir em conformidade os Mapas de Redução do Passivo Total e do Mínimo histórico de dívida a fornecedores e do Prazo Médio de Pagamento (\*), o tal dos 4 dias, que fizeram parte da Apresentação do Sr. Vereador das Finanças que foi aliás fértil em entusiasmos e encómios à administração municipal no período, particularmente a propósito do passado e do futuro que lhe apeteceria para o anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

16. Finalmente de sublinhar o insucesso na execução da receita proveniente da alienação de Bens de Investimento, aliás em linha com os anos anteriores,



demonstrando assim a sobre-orçamentação implícita, sistema que entretanto a Lei limitou para anos futuros, de forma proporcional à execução real anterior.”

[Fim de transcrição da posição do GM do PPD/PSD]

O Grupo Municipal do BE, pelo DM José Casimiro, enviou a seguinte posição:

*“1 – A execução anual do total da receita do Município de Lisboa em 2014 quedou-se pelos 79,51% da receita orçamentada para o mesmo período, o que se deve sobretudo a uma execução de apenas 49,25% das receitas de capital. Se o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda se regozija na medida em que esta baixa execução se possa dever a uma menor arrecadação de receita proveniente da alienação de imóveis, política que temos contestado, não deixamos de exprimir a nossa preocupação pela política pouco rigorosa de orçamentação levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa. Aliás, é de sublinhar que esta taxa de execução anual da receita local determina, a continuar a tendência em 2015, ao mecanismo de alerta precoce previsto no artigo 56.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.*

*2– A taxa anual de execução do Plano Plurianual de Investimentos em 2014 ficou muito aquém do orçamentado, quedando-se pela taxa anual de 41,3%, sendo notoriamente baixas, face à média, as seguintes taxas de execução parciais: a) CIDADE REABILITADA E REABITADA (Eixo D 1) - taxa anual de execução de 30,2%; b) CIDADE ECOLÓGICA (Eixo D 4) - taxa anual de execução de 24,7%; c) CIDADE DA CULTURA E CREATIVIDADE (Eixo E1) – taxa anual de execução de 35,4%;*

*Estas são áreas sensíveis às quais o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda é muito sensível e atento, lamentando a sua execução em níveis ainda inferiores à já medíocre taxa de execução anual registada em 2014 para o Plano Plurianual de Investimentos.*

*3 - O Município de Lisboa suportou em 2014 de juros um total de € 7 289 633,78, dos quais € 3 035 695,75 relativos a juros de empréstimos bancários e € 4 024 614 relativos a outros juros. Importa saber que juros são estes, contabilizados na rubrica “outros juros”, a que montantes de capital em dívida respeitam e qual a taxa de juro aplicável. A renegociação dos montantes em dívida, bem como das taxas de juro aplicáveis, poderá ser importante para o Município.*



4 – O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda salienta ainda as reservas expressas pelo Auditor Externo, cuja superação poderia dar uma imagem mais segura da situação financeira do Município.

5 – A verificação do cumprimento das Regras de Equilíbrio Orçamental previstas no artigo 40.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estipula que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”, considerando-se, nos termos do artigo 40.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, como “amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efectivo”. Importaria assim que os valores das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos estivessem indicadas, para melhor controlo da legalidade da execução orçamental, o que não se verifica.

Assim, torna-se difícil aquilatar, em tempo útil, da legalidade da execução orçamental em 2014.

6 – É ainda lamentável que a caracterização da entidade (pág. 124 das Demonstrações Financeiras) faça referência a legislação revogada, sendo outro o quadro legislativo aplicável, mais parecendo uma operação de “copy-paste” de documentos de anos anteriores.”

[Fim da transcrição da posição do GM BE]

O Grupo Municipal do CDS, pelo DM Ferreira de Lemos, enviou a seguinte posição:

“Não é explicado devidamente a mudança de critério orçamental para patrimonial o que assume não consistência contabilística. A redução da dívida não é tao acentuada como consta nos quadros. Não tem em conta o pagamento pelo Governo à CML em 2012 de 270mil eur direitos dos terrenos da portela. Não está demonstrado que os casos Bragaparkes e EPUL não sejam opções desta Câmara. No caso EPUL poderão existir reservas ocultas ou seja transferência ao custo contabilístico, o que é legal mas encerra potenciais futuras mais valias que deveriam ter sido relevadas no relatório. É pouco esclarecedor sobre o prazo medio de pagamentos de 4 dias. A





*dívida a terceiros de médio prazo aumenta 100 milhões de euros o que não é desejável para a economia local.”*

### **3.2.) Opinião do Relator**

Da análise do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014, o relator realça os seguintes pontos:

Sem querer repetir aspectos já referidos no presente parecer, não posso deixar de destacar a robustez financeira da atual situação da CML, desde que se mantenha a atual estrutura de receitas. Saliento, ainda, que apesar da boa performance da receita estrutural, Lisboa é a cidade mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa ao nível da política fiscal, com a % de IRS, IMI e IMT mais baixa e uma política de derrama defensora do comércio local, das PME's e das empresas que criam emprego.

De realçar, o respeito da CML pelo tecido empresarial da cidade e por consequência pela Economia da cidade, com a evolução positiva da diminuição do stock de dívida a fornecedores com mais de 90 dias de 21,3 milhões de euros em 2011 para menos de 600 mil euros, no final de 2014 (-20,7 M€) para além do valor mais baixo de sempre do Prazo Médio de Pagamento, com o compromisso da CML de trabalhar para manter este nível de eficiência na administração pública.

Ao longo dos últimos anos, a CML assumiu responsabilidades financeiras por várias situações (Bragaparkes, passivo da EPUL, acordo de pagamento com a Parque Expo e com a Simtejo, protocolo Estamo/Convento do Desagravo, etc.), tiveram o reflexo de um aumento da dívida a MLP, apesar da diminuição do passivo exigível e da extraordinária diminuição da dívida CP de - 114,2 milhões de euros. No entanto, numa análise mais extensa, a partir do gráfico de evolução do passivo e da dívida total, vê-se claramente que há uma nítida diminuição de passivo total e da dívida nos últimos anos (por exemplo desde 2011). Em todo o caso, estas situações obrigam a uma gestão criteriosa do *stock* de dívida, gerindo as maturidades, para não aumentar o valor anual do serviço de dívida, que tendo sido durante anos um problema crónico do município. Ao mesmo tempo, as despesas de funcionamento em conjugação com o serviço da dívida (componentes da despesa estrutural) são duas variáveis que devem ser monitorizadas de forma que se consiga uma boa gestão, para libertar verbas para



o investimento necessário para implementar o plano de intervenções previsto para a cidade.

Todas as empresas municipais, fecharam o ano de 2014 com um excelente equilíbrio financeiro, com resultados líquidos antes de impostos e valores de EBITDA<sup>3</sup> positivos e com capitais próprios equilibrados, o que mostra uma estruturada participação da CML, através de contratos programas, nessas empresas que tem funcionado, ao contrário do que acontecia no passado.

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando, no seu artigo 40º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos e médio e longo prazo estabelecendo uma banda de incumprimento até 5% das receitas correntes totais que deve ser compensado no ano seguinte.

Os dados de fecho da execução orçamental registam o cumprimento deste conjunto de normas, sendo o valor das amortizações médias, calculado nos termos do nº 4 do artigo 40º da citada Lei (capital contraído dividido pelo número de anos do contrato), muito significativo no Município de Lisboa (em 2014: 44,4 milhões de euros).

Ainda no campo do equilíbrio orçamental, é fundamental que o município de Lisboa mantenha os rácios de equilíbrio geral positivo (101,7%), que mantenha as receitas correntes superiores às despesas correntes (111,0%) e a receita corrente cubra a despesa corrente e amortização da dívida de MLP (104,7%).

O relatório da certificação legal de contas elaborado pelo ROC é o melhor de sempre, com apenas 4 reservas (contra 9 reservas do relatório de 2013) e fundamentalmente sem a reserva do inventário e sua valoração, que foi um ponto que abordei várias vezes como um aspeto a corrigir.

Algumas ideias para aplicação na estrutura de controlo financeiro da CML:

---

<sup>3</sup> EBITDA = earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, (em português "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização")





- Deverá ser elaborado um regulamento de inventário que permita aferir a evolução do ativo líquido da CML, pela diminuição do mesmo pelas depreciações e amortizações.

#### IV – CONCLUSÕES

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer (data limite 11 de Maio).

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta está em condições de ser discutida e votada em plenário. As forças políticas reservam para plenário o seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PCP, PSD, CDS e BE.

#### V – ANEXOS

Nenhum anexo foi incluído no presente parecer.

Lisboa, 11 de Maio de 2015

A Presidente da 1.ª Comissão,

Irene Lopes

O Deputado Relator

Hugo Xambre Pereira